

**HABEAS CORPUS Nº 499.548 - SP (2019/0078163-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**RODRIGO GRUPPI CARLOS DA COSTA - SP389339**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ADAILTON DOUGLAS DANTAS DA SILVA (PRESO)**

**DECISÃO**

O paciente acoima de ilegal acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Recurso em Sentido Estrito n. 0013281-79.2017.8.26.0405, ocasião em que **foi decretada sua prisão preventiva.**

Cautelarmente segregado desde 8/11/2018 pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, **requer a revogação da medida cautelar máxima**, ao apontar que estão ausentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Assere que "[a] medida excepcional deve apoiar-se em fatos concretos que a embasem, não apenas em hipóteses ou conjecturas. É nula quando há falta de fundamentação concreta de sua necessidade cautelar" (fl. 5).

**Decido.**

Na hipótese, a Corte de origem assim fundamentou a imposição da prisão preventiva:

Trata-se de tráfico ilícito de entorpecentes, crime equiparado a hediondo pelo texto constitucional (CF, art. 5º, XLIII), **de natureza gravíssima, que prejudica a saúde da população, gera inegável desassossego social e atenta contra bem jurídico fundamental (saúde pública), trazendo grave inquietação e clamor público, razão pela qual a decretação da prisão preventiva é necessária para garantia da ordem pública, segurança da aplicação da lei penal e por conveniência da instrução criminal.**

Ademais, a gravidade concreta do delito imputado ao recorrido também justifica e legitima a manutenção da prisão cautelar.

Segundo o apurado, **o recorrido foi abordado por policiais civis na posse, em tese, de 31 (trinta e uma)**

**porções de maconha, com peso aproximado de 87,96g**, logo depois de ter entregado algo para duas pessoas, que também foram abordadas pelos agentes públicos e surpreendidas, cada qual, na posse de uma porção de maconha, em embalagem idêntica àquela que acondicionava o entorpecente encontrado com o acusado, ocasião em que este teria confessado informalmente o tráfico de drogas e aqueles dois indivíduos teriam admitido a compra do entorpecente, do acusado. A substância apreendida foi submetida a exame pericial, que resultou positivo para tetrahidrocannabinol (fls. 21/22). Diante de tal contexto, não se mostra recomendável a substituição da prisão cautelar por medidas de contracautela diversas do cárcere (CPP, art. 319), para garantia da ordem pública e preservação do bem jurídico tutelado [...] (fls. 45-46, destaquei).

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que "a custódia imposta antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória exige concreta fundamentação, nos termos do disposto no artigo 312 do Código de Processo Penal" (**RHC n. 47.588/PB**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 4/8/2014).

A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

Apoiado nessa premissa, verifico que, a um primeiro olhar, não se mostram suficientes as razões invocadas pelo Juízo singular para **justificar a imprescindibilidade da decretação da prisão preventiva** do ora paciente, porquanto deixou de contextualizar adequadamente a necessidade cautelar de sua segregação. **A despeito da menção à quantidade de entorpecente apreendida – a saber 87,96 g de maconha – tal monta não denota, per si, a habitualidade da conduta delitiva, tão pouco a periculosidade do paciente.**

A prevalecer a argumentação dessa decisão, todos os crimes de tráfico de drogas ensejariam a prisão cautelar de seus respectivos autores,

o que não se coaduna com a excepcionalidade da prisão preventiva, princípio que há de ser observado para a convivência harmônica da cautela pessoal extrema com a presunção de não culpabilidade.

A argumentação do magistrado, relativamente aos efeitos sociais deletérios das drogas, não é equivocada. Todos com ela concordam, pois a sociedade brasileira está cada vez mais violenta e as pessoas se sentem inseguras e impotentes, temerosas de serem vítimas de crimes tão corriqueiros nas vias urbanas e mesmo rurais, muitos derivados da traficância de drogas. Porém, ao transportar-se o discurso para o terreno do processo penal, ele legitima a prisão cautelar apenas se evidenciado que no caso examinado é possível fazer o prognóstico de que o investigado ou réu voltará a delinquir ou que irá perturbar a instrução ou mesmo furtar-se à aplicação da lei penal, não bastando, para tanto, invocar a modalidade criminosa que lhe é atribuída, sob pena de se institucionalizar a prisão preventiva obrigatória, automática, decorrente de todo crime hediondo.

À vista do exposto, **concedo a medida liminar** para assegurar ao paciente que aguarde em liberdade o julgamento final deste habeas corpus ou o esgotamento das instâncias ordinárias, se por outro motivo não estiver preso, ressalvada a possibilidade de nova decretação da custódia cautelar caso efetivamente demonstrada a superveniência de fatos novos que indiquem a sua necessidade, sem prejuízo de fixação de medida cautelar alternativa, nos termos do art. 319 do CPP.

Comunique-se, **com urgência**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – a quem se encarece relato sobre o andamento do feito e sobre a persistência dos motivos da cautela adotada – e à autoridade inquinada coatora sobre os fatos alegados na inicial.

Prestadas as informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**